

PERFIL DO DIRIGENTE SINDICAL RURAL PAULISTA¹: REPRESENTAÇÕES, CONFLITOS E DIREITOS

LEILA DE MENEZES STEIN

Quando se busca analisar o perfil do sindicalista rural, duas questões devem ser ressaltadas. Em primeiro lugar, a consideração da categoria - ou classe - que é representada por este corpo político e, em segundo lugar, os padrões de sua eficácia. Essas duas ordens de considerações podem permitir uma compreensão das relações entre as biografias profissionais daquele dirigente e as questões da representação. No entanto, enquanto processo histórico, suas balizas maiores estariam na transição democrática, no final da década de 70, e seus efeitos impositivos sobre o movimento sindical e suas práticas trabalhistas.

Importante situar, de modo preliminar, alguns pontos de partida. Praticamente, o ano de 1976 sobressai com importância para o movimento sindical rural. Três anos após o II Congresso dos Trabalhadores Rurais, realizado no Hotel Suarão, Praia Grande - SP, e três anos antes do memorável III Congresso, realizado em Brasília, os assalariados rurais foram contemplados pela afirmação de processos de dissídios coletivos e retomavam, ao menos em parte, sua tradição iniciada com o primeiro dissídio coletivo de 1962, realizado pelos cortadores de cana de Pernambuco. Assim, a Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo - FETAESP - realizaria o que era então noticiado pelo Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão como o "*1º Dissídio Coletivo*" da história dos trabalhadores rurais no país.

Seguiram-se processos de convenções coletivas em diversos estados da federação, como foi o caso da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio de Janeiro, com a promoção de convenções via-sindicatos de âmbito municipal².

¹ A pesquisa *Perfil do Dirigente Sindical Rural* compõe o projeto maior Sindicato, Classes Sociais e Estado: o dilema da representação que desenvolvo. A este projeto se integram os seguintes bolsistas de iniciação científica/CNPq-UNESP: Guilherme Reis Pereira, Luciana Trevisan e Luiz Antonio da Silva.

² Cf. STEIN, Leila de M. "Pelo cumprimento das leis", in *Jornal Opinião*, ano 4, n. 214, 10/12/1976, Rio de Janeiro, Ed. Inúbia, 1976.

De fato, fruto de esforços de advogados, de assessores e de sindicalistas organizados na "Comissão Nacional dos Assalariados" da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG -, a questão dos *assalariados rurais* merecia destaque na demanda por direitos trabalhistas. Pedia-se: férias de 30 dias, fornecimento obrigatório de envelopes e de comprovantes de pagamento com rendimentos anotados e se estipulava multa de 10% pelo seu não-cumprimento, pagamento de horas-extras com acréscimo de 25%, reajuste salarial de acordo com a legislação, salários normativos, data-base para negociação, obrigatoriedade de fornecimento de ferramentas de trabalho, desconto em folha para as entidades sindicais, entre outros³.

A estratégia desse movimento buscava produzir um estatuto de legalidade para os contratos de trabalho *clandestinos* vigentes no meio rural. A possibilidade de reconhecimento pela Justiça Trabalhista de direitos sociais contra o império das leis de mercado permitiria que os sindicatos rurais fossem reconhecidos como representantes dos trabalhadores. Quem eram estes assalariados? Exatamente os Bóias-Frias, aqueles migrantes de longas ou curtas distâncias que carregavam, e carregam até hoje, os custos sociais e o drama da sazonalidade do trabalho agrícola que tanta força dá ao "mercado", seja para cálculos micro-econômicos porque permite pressionar os salários para baixo, seja para cálculos macro porque compõe o produto interno bruto e as trocas internacionais. Eram também trabalhadores meio lavradores, meio sazonais, marginais, à sua revelia, do mercado, pequenos produtores substituídos pela grande força industrial do *agrobusiness*⁴.

Talvez por isso mesmo, a realização do III Congresso da CONTAG, em 1979, tenha aberto o debate sobre a necessidade do sindicalismo estreitar seus compromissos com a justiça e a ética para os rurais, o que se entendia como a necessidade urgente de reforma agrária acoplada à política de proteção aos pequenos produtores. Esse congresso reuniria o sindicalismo filiado ao Ministério do Trabalho e à Igreja Católica, via - Comissão Pastoral da Terra (CPT), em uma pressão pela prática da ocupação de terras para produção e por direitos sociais. Igualmente, caberia lembrar a greve dos canavieiros de Pernambuco, no ano acima citado, e seus efeitos simbólicos

³ Idem, *ibidem*.

⁴ Essa pastoral, fundada em 1975, consolidaria os trabalhos de educação popular no campo empreendidos pela Igreja e construiria papel importante na mediação dos conflitos pela terra.

na retomada da memória das primeiras lutas sindicais rurais, em que, sem dúvida, aquele estado seria um expoente importante.

Esse encontro das forças políticas presentes nos movimentos sociais resultaria em um diálogo promissor para os trabalhadores rurais. Desse modo, a fundação da Articulação Nacional dos Movimentos Populares - ANAMPOS - em 1980, entidade pela democratização do sindicato, contaria com a participação da CONTAG e de seus 2.000 sindicatos de trabalhadores rurais⁵. Finalmente, caberia o registro da fundação do Movimento dos Sem-Terras (MST) enquanto entidade nacional que anunciava novos tempos e novas ocupações de terras.

Desse modo, o movimento sindical rural encontra lideranças que orientam as lutas dos assalariados e dos sem-terras, o que forma um sistema de representação comprometido com a ampliação da democracia; um sindicato combativo e direcionado para a quebra do poder monolítico dos fazendeiros.

Essa pressão social, em muito semelhante àquela dos trabalhadores urbanos por direitos e por cidadania, choca-se com as lideranças sindicais comprometidas com a velha máquina sindical. Para Ivo Poletto (1991:23), o sindicalismo rural enfrentaria conjuntura difícil, uma vez que os conflitos por terra e as lutas por salários não encontrariam apoio nos sindicatos e em suas Federações. Conforme Poletto: "(...) o rompimento definitivo entre movimentos e lutas sociais e os sindicatos de trabalhadores rurais só não aconteceu pela interferência de dois fatores: relativa autonomia da posição ideológica e da prática da CONTAG (...) e a visão dos agentes pastorais, assessores jurídicos e educacionais. Os dois fatores combinados determinaram a luta por dentro, a luta por um sindicato autêntico, o que foi possível através das oposições sindicais (...)".⁶

Inúmeras novas escolas de formação sindical são criadas, entre elas: Articulação, Margarida Alves e Centro para a Defesa dos Direitos Humanos - CDDH. Surgia a oposição sindical entre os rurais e muitas diretorias sindicais seriam renovadas, após longos anos de oligarquias sindicais. A greve, os dissídios e acordos coletivos de trabalho passariam a compor a prática desse

⁵ Cf. VENCESLAU, Paulo de T. "Uma nova etapa: a CUT", in *Socialismo e democracia*, ano 1, n. 1, São Paulo, Ed. Alfa Omega, jan/mar 1984.

⁶ Cf. POLETTTO, Ivo. "Sindicalismo rural - qual a sua base?", in *Cadernos Cedi* 21, Rio de Janeiro, Cedi, 1991.

novo sindicato, assim como as divisões ideológicas e partidárias presentes no movimento de âmbito urbano .

No entanto, algumas particularidades regionais relativizam o enfoque acima. O sindicato no estado de São Paulo, objetivo deste estudo, seria atropelado pelos movimentos grevistas de 1984. Apontada por vários pesquisadores como marco importante na história do trabalho, a greve dos cortadores de cana de Guariba corre por fora do sindicato. Foi um movimento relativamente espontâneo dos trabalhadores que se opunham à intensificação do trabalho. Conforme Vera Ferrante e outros (Ferrante, Chaia e Rugai, 1987), o desenrolar da greve deixaria claro o distanciamento do sindicato rural e de seus supostos representados: "(...) O processo de elaboração desse projeto contestador se faz por sobre as direções sindicais (...). No caso de São Paulo, aparecem claramente problemas no trabalho político das direções dos sindicatos (...), figura o movimento de resistência face à decisão patronal de instituir o sistema de 7 ruas, no qual o comando das ações ficou por conta da CPT e de parte do movimento sindical que não demonstrou unidade no campo específico dessa reivindicação." (1987:28)⁸.

Ainda conforme Ferrante (1991, 52), as greves dos Bóias-Frias, na década de 80, acabariam por exteriorizar as divisões dentro daquele movimento sindical, o que resultaria na formação de blocos de oposições sindicais lideradas pela CPT e pelas federações de sindicatos rurais.

A radicalização das cisões resultaria que, ao final daquela década, passariam a funcionar três federações de rurais no estado. A oposição à Federação dos Trabalhadores Rurais (FETAESP) bifurca-se entre a Federação dos Empregados Rurais (FERAESP) e o Departamento de Trabalhadores Rurais (DETR), ambos com afinidades eletivas à Central Única dos Trabalhadores (CUT), sendo que o último está organicamente vinculado a ela. Por outro lado, a FETAESP estaria vinculada à CONTAG, enquanto que a FERAESP contaria, também, com seu reconhecimento "de fato", o que não excluiria seu reconhecimento pelo DETR-SP.

No entanto, no que se refere à real representação das categorias de trabalhadores, não ocorrem grandes diferenças, sendo que aquelas

⁷ Devem ser mencionadas, ainda, as Escolas Sindicais Quilombo de Palmares, na Paraíba, e 7 de outubro, em Minas Gerais, ambas fundadas naquela conjuntura.

⁸ Cf. FERRANTE, V.L.B.; CHAIA, V. e RUGAI, E. "Modernização agrícola no circuito da violência: um mapeamento dos movimentos sociais rurais no Estado de São Paulo no período compreendido entre 1964 e 1987", in *São Paulo em Perspectiva*, vol.1, n. 3, São Paulo, Ed. Seade, out/dez 1987.

explicitadas tendem a ser muito mais semânticas. Justificando tais divisões, algumas análises afirmam as qualidades para a representação de uma organização fundada em "ramos da produção", posto que não segmentaria o conjunto dos empregados da agroindústria. A fórmula de "sindicatos de empregados rurais" simbolizaria tal proposta, posto que, a um só tempo, tratoristas, cortadores de cana, empilhadores e outros reuniam-se em único sindicato.

Paulo César Lima (1990: 46), presidente do Sindicato dos Empregados Rurais de Bebedouro, argumenta que: "(...) além da luta com os patrões, a luta com os dirigentes sindicais nas assembléias convocadas pela Federação dos Trabalhadores Rurais de São Paulo, para fazê-los defender também essas reivindicações. Até se unificar uma pauta, havia muitas brigas, porque eles tinham interesses comuns com os grandes fazendeiros (...) esses dirigentes iam para suas bases, faziam acordo em separado com os usineiros, com valores muito mais baixos e sequer encaminhavam as reivindicações dos trabalhadores (...)."⁹

Neste modelo, os assalariados rurais, ou seja, aqueles agrícolas e industriais, seriam representados preferencialmente pela FERAESP, enquanto os pequenos proprietários seriam representados pelo DETR. Argumenta-se, em defesa desta modalidade, que o sentido classista no modelo tradicional seria desvirtuado por fundir pequenos proprietários e assalariados, ao que Ferrante (1991:50) contrapõe: "(...) a justificativa de se criar a FERAESP pela oposição entre trabalhadores assalariados e pequenos proprietários (...) implica em distorções. (...) tal afirmação não pode ser entendida como um decreto de morte dos pequenos proprietários (...)". Ainda conforme a autora: "(...) o real controle e o cerceamento das lutas por direitos dos Bóias-Frias origina-se de (...) rede muito bem tecida entre as formas de dominação que direta ou camufladamente (...) não [são alimentadas] pelos pequenos proprietários (...)".

Finalmente, com relação a este breve levantamento de temas da história do sindicato pode-se enunciar algumas questões relativas aos seus mecanismos de representação. Em suas apreciações sobre aquele sindicato, Ivo Poletto (1991:21) pergunta: "(...) Por fim, qual é a 'base real' do sindicato: a população que luta ou os associados, e entre esses os que aderem a doutrina e à proposta? (...) Nossa perspectiva contraria as análises que indicam a

⁹ ALVES, F.J.C. e outros "Paulo Cesar Lima (Cesinha). Entrevista", in, *Cadernos Cedi* 20, Rio de Janeiro, Cedi, 1990.

inadequação burocrática da 'estrutura sindical', que junta classes diferenciadas no mesmo sindicato, como causa principal dos problemas vividos pelos STRs (...)". Ainda este autor situa, com propriedade, que a engenharia institucional do Estado brasileiro persiste atuante e, até certo ponto, determinante, nesta história recente, condicionando a sua prática sindical com sindicatos que competem entre si pelo seu reconhecimento, muitas vezes esquecendo dos compromissos prioritários com os representados.

Desse modo, concluindo, ainda com Poletto, essa dupla função do sindicato - de um lado, o controle oficializado sobre as lutas populares e, de outro, a possibilidade de fazer a sua mediação - vem impedindo a sua efetiva democratização.

Situados tais parâmetros para pensar o sindicato, penso que o terreno está preparado para maior aproximação àqueles que lutam na e pela terra. Objetiva-se, neste texto, estudar um dos personagens importantes nesse complexo processo de redemocratização das instituições sindicais, ou seja, o dirigente sindical rural. Para tanto, parte-se de pesquisa empírica sobre o perfil do sindicalista¹⁰, para, então, tentar finalizar com sugestões de análises e proposições que possam, eventualmente, contribuir para o debate da controversa questão *sindicato rural*¹¹.

1 . PESQUISA PERFIL DO DIRIGENTE SINDICAL RURAL PAULISTA: METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

A população pesquisada, no que se refere à natureza da delegação no II Congresso do DETR, apresenta as seguintes estratificações: 1) distribuição freqüencial por natureza da entidade: representantes de *diretorias de entidades sindicais* (74%), delegados de *associados dos sindicatos* (21%), delegados de *centrais sindicais* (4%) e representantes de *outras condições* (1%); 2) distribuição por tipo de federação, delegados dos sindicatos filiados

¹⁰ Trata-se de uma amostragem de 85 questionários aplicados a delegados sindicais ao II Congresso do Departamento Estadual de Trabalhadores Rurais/DETR-SP, entidade filiada à CUT, em março de 1993, em São Paulo. Tem-se, assim, uma amostra estratificada, uma vez que se restringe ao sindicato rural cutista. Atinge-se, com essa pesquisa, cerca de 25 sindicatos rurais, o que representa cerca de 10% do total de sindicatos existentes no estado naquele ano.

¹¹ Cf. FERRANTE, V.L.B. "FERAESP: a controversa inversão das regras do sindicalismo paulista", in *Cadernos Cedi* 21, Rio de Janeiro, Cedi, 1991.

ao DETR, que representam algo como 58% do total e 5% de representantes do departamento; delegados sindicais filiados à Federação dos Empregados Rurais - FERAESP, cerca de 32% e delegados da federação, 1%; delegados da CUT algo como 5% e, por fim, outras condições de delegação, 7%; 3) distribuição freqüencial por cargo no sindicato: *presidentes de sindicatos*, 31%; *diretores* com 23%; *tesoureiros* com 14%; *secretários*, com 15%; *conselho fiscal*, com 6%; e *outras condições* com 9%.

Utilizou-se questionário com 54 perguntas, sendo que algumas são fechadas e outras com alternativas abertas - respostas já pré-estratificadas. Tem-se, como público alvo, três grandes blocos, a saber: a) dirigentes de entidades sindicais centrais; b) dirigentes de sindicatos por respectivos cargos; c) outras condições de participação na delegação sindical. Os informantes responderam à quase totalidade das perguntas, sendo que quatorze delas eram exclusivas para presidentes de sindicato¹².

2. ANÁLISES E RESULTADOS

Caracterização sócio-econômica

No que se refere à idade, tem-se uma distribuição de faixas etárias indicativa de uma positividade do sindicato, desde que a geração 70, ou seja, aquela em que os sindicalistas tinham 20 anos naquele ano, é claramente privilegiada juntamente com a geração 80. Algo como 60% do total dos delegados do II Congresso do DETR pertencem àquelas duas gerações, enquanto cerca de 27% do total corresponde à geração 60 - sindicalistas com 20 anos em 1960.

Desperta curiosidade a pequena participação da geração 90, ou seja, pessoas na faixa dos vinte anos hoje, que significa em torno de 2% do total. Deve-se mencionar a importância real do trabalho da criança na agricultura, o que faz sentir a ausência de sua representação. Cabe notar, ainda, a pequena importância da geração 50, que representa 2% do total¹³.

¹² As perguntas versam sobre os seguintes temas: caracterização sócio-econômica (idade, sexo, estado civil, família, nível de rendimentos e escolaridade), vida profissional (visão prospectiva e atual da trajetória do trabalho, profissão e atividade principal, acesso a cursos profissionalizantes); vida sindical (percurso sindical, tempo de sindicalismo, entre outros); tendências do voto sindical.

¹³ Ver Gráfico 1 - Cargos Sindicais por Geração, conforme anexo.

A pesquisa das faixas etárias para os sindicatos coloca, também, em evidência as gerações 80 e 70 e se nota uma concentração de presidentes de sindicatos nesta faixa, com 70%¹⁴, sendo que não se registra nenhum com menos de vinte anos. Ainda nessa descrição da distribuição de presidentes, a geração dos anos 60 e 50 representa 15%.

Os secretários concentram-se, também, na geração 80, que atinge cerca da metade do total, enquanto a geração 70 se apresenta com 10% e, respectivamente, as gerações 60 e 50, com 20% cada. Os tesoureiros, cargo importante no sindicato, seguem tendência parecida àquela dos presidentes, concentrando-se na geração 80, algo como 50%, distribuindo-se a outra metade às gerações 70 e 60. No entanto, a estratificação etária dos diretores sindicais é um tanto mais peculiar. Esse cargo, como se sabe, seria o segundo posto em importância para a estrutura executiva do sindicato. Equilibra-se algo como 30% em cada uma das gerações estudadas. Os membros dos conselhos fiscais, cargo mais honorífico que executivo, dispersam-se nas gerações de 70, 60 e 50.

O perfil da estratificação sexual dos delegados é arrasadoramente masculino: cerca de 87%. Ainda assim, a pequena representação feminina apresenta algumas características interessantes. Cerca da metade das sindicalistas pertencem à geração 70 (algo como 45%), distribuindo-se o restante nas gerações 80 e 60 (27% para cada uma). As demais gerações, a saber, 90, 50 e 40, estão vazias de representação. Outra característica a notar se refere à forte concentração de mulheres na delegação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais: algo como 70% do total de mulheres, cabendo aos Sindicatos dos Empregados Rurais os 30% restantes. No entanto, no que se refere à participação feminina nas diretorias dos sindicatos, registre-se a presença de uma mulher presidente e duas diretoras.

Algumas indicações para um perfil da família

A grande maioria de dirigentes sindicais é casada (mais de 70%), sendo que os solteiros correspondem a 25% e as pessoas separadas ou viúvas representam menos de 15% do total. A família média do sindicalista seria aquela com casal e três filhos. Desse modo, sindicalistas com famílias de

¹⁴ Esta importância estatística é mais relevada quando se pondera que o sindicato é presidencialista. Como se sabe, emprega-se esse termo correntemente no jargão sindical em alusão à organização política nacional, em que cabem amplos poderes de decisão ao Presidente da República.

um ou dois filhos representam cerca de 35% do total e aqueles com três a quatro filhos atingiriam qualquer coisa como 39%. Aquelas famílias com mais de quatro filhos expressam uma minoria, ou seja, 15% e, por último, aquelas com mais de cinco representam apenas 10% do conjunto.

Compreende-se um pouco mais essa família quando se considera a situação das crianças. Na maior parte (cerca de 64%), os filhos não trabalham "fora de casa". Entre aquelas em que os filhos trabalham fora, correspondem a: a) 35% das famílias de presidentes sindicais; b) 24% de famílias de diretores; c) 17% de tesoureiros; d) 6% de secretários; e) 17% de famílias correspondendo a outros tipos de delegação sindical. No entanto, dada a participação de pequenos proprietários no sindicato, há uma evidência de que os filhos trabalhem na produção familiar.

Classificação por Rendimentos

A estratificação de rendimentos mensais dos dirigentes sindicais tende a se concentrar na faixa de 2 até 3 salários mínimos - SM (algo como 50%). Situam-se no intervalo de 1 SM cerca de 15% de dirigentes. Os restantes 15% dispersam-se nas faixas de mais de 3 SM, assim distribuídos: no intervalo de mais de 3 SM a 4 SM: algo como 6%; naquele de 4 SM a 5 SM estão cerca de 6% e se situam na faixa de mais de 6 até 8 SM algo como 3% dos sindicalistas. Deve-se notar a grande quebra nessa resposta, em que cerca de 20 % do público não informou seu rendimento.

Quando se consideram os rendimentos por cargo no sindicato tem-se a seguinte distribuição: a maior parte de presidentes de sindicato tem renda entre mais de 1 SM e 3 SM (cerca de 65%); enquanto 15% se situa na faixa imediatamente mais elevada e outros 15% recebem entre 5 SM e 6 SM. Ninguém declarou receber 1 SM e 5% não indicou seus rendimentos. Ao contrário, para os diretores, cerca de 26% indicaram a faixa de 1 SM, enquanto 46% se situavam entre mais de 1 SM e 2 SM. Progressivamente, 13% de diretores incluíram-se nos intervalos de mais de 3 SM até 4 SM. Não há registro nas faixas de mais de 4 SM e, por fim, algo como 5% não indicaram rendimentos.

Escolaridade

A distribuição estatística do acesso ao ensino formal estratifica-se, para o conjunto dos delegados do II Congresso do DETR, do seguinte modo: 29% completaram a 4ª série do 1º grau, 18% possuem o 1º grau completo,

11% têm o 2º grau completo e cerca de 6% não o completaram. Entre aqueles com menor escolaridade, tem-se que 22% fizeram, parcialmente, o 1º grau e cerca de 3% nunca freqüentou escola. Contrariamente, registra-se o ingresso no ensino universitário de 4% dos delegados.

Entre aqueles que registram casos de nenhuma escolaridade formal estariam tesoureiros e conselheiros fiscais, com cerca de 5% de seus totais entre pessoas que nunca estiveram em escolas. A escolaridade dos diretores pontifica que cerca de 20% cursaram até o 1º ano do 1º grau. Ainda assim, esses últimos apresentam uma distribuição mais equilibrada de escolaridade, tendo presença nos diferentes níveis, como segue: 20% deles concluíram o 1º grau e mais de 20% obtiveram, também, o 2º grau completo.

Quando se considera a faixa daqueles que concluíram o 4º ano do 1º grau, tem-se concentração estatística que incide, em especial, sobre os presidentes, com 35% do total e, principalmente, sobre os secretários, em que a metade teria essa performance. Entre aqueles que concluíram o 1º grau, até a 8ª série, estão: 30 % dos presidentes, sendo que 10% deles concluíram o 2º grau¹⁵.

Vida Profissional

O acesso a cursos profissionais é bastante baixo. Nessa amostra, cerca de 83% não fizeram nenhum curso dessa natureza, enquanto apenas 17% passaram por alguma especialização. Entre os cursos realizados pelos sindicalistas, destacam-se dois grandes blocos, ou seja, cerca de 61% são cursos voltados para uma profissão de atividades especificamente agrícolas, enquanto 39% se referem a especializações urbano-rurais sem distinções.

Entre os primeiros, aqueles voltados para a agricultura, destacam-se: cursos de direito trabalhista, agricultura, agrimensura, agropecuária, operador de máquinas, tratoristas, supervisores industriais. E, entre os segundos: mestres de obras, vigilantes, carpinteiros, corte e costura, datilografia, magistério e outros.

Tais cursos estratificados por cargos nas diretorias sindicais resultam em que foram freqüentados por apenas 13% deles. Entre esses cursos: um presidente fez curso de datilografia, dois secretários fizeram cursos de operador de máquina e tratorista e dois tesoureiros fizeram cursos de tratorista e agropecuária. Entre os diretores, dois cursaram direito trabalhista e vigilante.

¹⁵ Ver Gráfico 2 - Escolaridade do Dirigente Sindical, conforme anexo.

Vida Sindical e Ocupação

Esse estudo da vida sindical se inicia pela consideração do *tempo médio de permanência* nos cargos de representação, considerados, preliminarmente, para o conjunto dos delegados do II Congresso. Desse modo, cerca de 46% foram eleitos para tal cargo há três anos e 26% teriam sido eleitos há mais de três a cinco anos. No intervalo de tempo seguinte, ou seja, entre mais de cinco e dez anos, tem-se 18% do total. Destaque-se que apenas 9% estariam no cargo há mais de dez anos.

Esses poucos dados podem nos indicar uma relativa alternância nos cargos das entidades, o que poderia ser explicado ou porque seria elevada a competição por postos, ou porque tais dados recortaram períodos eleitorais regulares. Ainda assim, a tendência repete-se quando se coloca em foco aquela permanência nos cargos para as diretorias sindicais. Colocam-se em relevo, evidentemente, o de presidente e o de diretor, uma vez que são, dentre os demais cargos, os de maior peso para o exercício da representação e da vida executiva. A permanência dos diretores nos cargos segue as seguintes tendências: estão há menos de um ano cerca de 13%; no espaço de tempo de um a três anos, algo como 40%; no intervalo seguinte - de mais de três a cinco anos - cerca de 14%; naquele de mais de cinco a dez anos, algo como 20% e, finalmente, estariam nas diretorias há mais de dez anos, em torno de 13%.

Quanto aos presidentes, sua permanência nos cargos obedece às seguintes tendências: estão há menos de um ano cerca de 5%; no intervalo de mais de um a três anos, algo como 15%; seguem-se 45% que estariam há mais de três a cinco anos; dispersando-se, tem-se que 15% estariam há mais de cinco até dez anos e, concentrando-se, cerca de 20% do conjunto está há mais de dez anos.

Concluindo esse estudo de rotatividade nas direções, pode-se afirmar uma certa mobilidade equilibrada em suas polarizações no que se refere aos diretores sindicais. No entanto, há uma tendência nítida de alta permanência na presidência do sindicato em que 60% já ocupavam este cargo na década de 80.

Essa pesquisa do tempo de permanência no cargo pode ser melhor delineada quando se considera o tempo de militância do dirigente no movimento sindical. Para o conjunto dos delegados do II Congresso, a tendência mais geral seria de concentração na faixa de até dez anos de militância, algo como 66%. Na faixa de dez a quinze anos concentra-se cerca de 16% e os demais

delegados possuem uma experiência que oscila entre mais de quinze a vinte anos, com cerca de 9%, e mais de vinte anos experiência, com 9% dos delegados. Essas tendências nos mostram que: 1) as gerações 80 e 70 têm comprovado peso e importância; 2) os anos 80 foram significativos para esse sindicalismo, com efeitos atrativos sobre os trabalhadores rurais via movimentos pelo sindicalismo¹⁶.

O estudo que segue confirma a tendência apontada acima. Quando se observa o indicador de tempo de militância para as diretorias sindicais, chega-se a resultados próximos àqueles. A maioria absoluta dos dirigentes, de todos os cargos, concentra-se em uma faixa de tempo de até dez anos. Tem-se, assim, que: 55% dos presidentes, 60% dos secretários, 77% dos tesoueiros, 74% dos diretores e 50% dos conselheiros fiscais. Ainda assim, aparece a particularidade dos presidentes, que apresentam participação distribuída ao longo do tempo de vinte anos de militância. Desse modo, 15% deles têm mais de dez até quinze anos de movimento sindical, enquanto que cerca de 10% teriam de mais de quinze a vinte anos e se concentram entre aqueles com mais de vinte anos, algo como 20%. Por outro lado, entre os diretores teria-se uma concentração de 13% entre aqueles com mais de dez a quinze anos e de 6% na faixa de quinze a vinte (não registram pessoas com mais de vinte anos de militância).

Uma outra informação importante para caracterizar esta vida sindical é aquela que se refere à *naturalidade* do dirigente, em sua grande maioria paulistas de nascimento. A pesquisa sobre cruzamentos de perfil de cargos por estados de nascimento é também ilustrativa dessa importância. Há forte concentração de paulistas em todas as categorias de dirigentes, seguindo-se os mineiros, os pernambucanos e os paranaenses¹⁷. Complementa essa informação, acerca da importância da naturalidade, a ponderação do tempo de residência no estado de São Paulo daqueles dirigentes. Pela observação do Gráfico 5 - Tempo de Residência por Cargo, pode-se notar essa grande concentração nos intervalos de tempo maiores, indicando uma estabilidade de local de moradia para essa população sindical¹⁸.

Ainda uma outra questão importante para caracterizar o perfil da vida sindical do dirigente diz respeito à avaliação de suas possibilidades de dedicação ao trabalho sindical, ou seja, *condições de sua liberação*. A análise

¹⁶ Ver Gráfico 3 - Tempo de Filiação do Dirigente, conforme anexo.

¹⁷ Ver Gráfico 4 - Cargos Sindicais por Estado de Nascimento, conforme anexo.

¹⁸ Ver Gráfico 5 - Tempo de Residência por Cargo, conforme anexo.

dos dados nos indica que: cerca da metade dos delegados do II Congresso está inteiramente liberada para seu trabalho sindical, enquanto que outros pesados 50% têm que dividir sua vida de trabalho com sua vida sindical.

No entanto, essa liberação se distribui desigualmente entre os vários cargos da diretoria sindical. Desse modo, a estratificação dessas informações pelos cargos mostra que, de fato, via de regra, apenas está liberado em tempo integral para o trabalho sindical o presidente do sindicato. Cerca de 70% trabalham tempo integral, contra apenas 15% que dividem seu tempo sindical com outras atividades. De modo diverso, no que se refere aos diretores, apenas 25% deles estão inteiramente liberados, enquanto que 50% dividem suas lides sindicais com o trabalho pela subsistência; e cerca de 25% não contam com nenhum tipo de liberação.

A liberação para trabalhos sindicais, a princípio um direito legal trabalhista, não tem nenhum registro, na região estudada, de que alguma empresa a cumpra. Muito ao contrário, algumas empresas perseguem o sindicalista e o colocam em uma "lista negra", o que bloqueia sua possível contratação para trabalhar. Por consequência, a liberação significa e está condicionada à possibilidade financeira do sindicato profissionalizar seus quadros dirigentes.

Desse modo, ilustra a situação de penúria deste sindicato em São Paulo, o fato de que cerca de 10% dos secretários sindicais, cargo tipicamente profissionalizado, não ter nenhum tipo de liberação, ou seja, não receber nenhum salário pelo seu trabalho. Complementa esse quadro da situação do secretário o fato de 40% deles receberem salário que permite dedicação integral, contra 40% que necessitam complementá-lo com outras atividades remuneradas.

Qual seria, portanto, o perfil ocupacional do dirigente sindical? A pesquisa sobre esse perfil leva em conta duas ordens de dados: de um lado, a opinião do dirigente sobre sua profissão e, de outro, a informação sobre sua ocupação atual. Sabíamos que, se indagados para definir sua profissão, corríamos o risco de respostas dos dirigentes que equivaleriam a representações sobre suas auto identidades sociais, políticas e trabalhistas, delineadas, também, por seus aspectos jurídico legais de enquadramentos e dos sindicatos¹⁹.

¹⁹ Sobre essa questão, ver PALMEIRA, Moacyr G. "Modernização, Estado e questão agrária", in *Estudos Avançados*, vol. 3, n. 7, São Paulo, IEA-USP, set/dez 1989.

Naquela primeira abordagem, ou seja, registro da profissão, obteve-se o seguinte resultado: presidentes e diretores definem sua profissão como *trabalhador rural*, concentrando-se em algo como 30 e 33%, respectivamente. De modo similar, ambos se auto-definiram como *lavradores*, representando 18% e 33%, para presidentes e diretores, respectivamente. Enquanto terceira opção, no caso do presidente, tem-se *assalariado rural*, *sindicalista*, *cortador de cana*, correspondendo a 12% , cada uma e, enquanto quarta opção, tem-se que 6% dos presidentes de sindicato apontam as profissões de: *agricultor*, *empregado* e *motorista*. Por outro lado, enquanto terceira opção para diretores, são apontados: *agricultor*, *sindicalista*, *parceiro* e *tratorista*, em uma concentração proporcional de 8% cada. Apontam, ainda, os diretores as profissões de: *agricultor* e *empregado rural*, e situam a categoria de *lavrador* com escore de 33%.

O estudo da ocupação indica perfil mais objetivo e expressa mais claramente o tipo de atividades de trabalho do dirigente. Essa pesquisa é feita perguntando-se qual é a ocupação hoje e há cinco anos atrás. Obtiveram-se as seguintes respostas, que são indicadas, logo a seguir, igualmente para presidentes e diretores: a ocupação do presidente, há cinco anos atrás, tem a seguinte distribuição: 37% declararam ser empregados rurais; segue-se a indicação de sindicalista, com 32%; pequenos proprietários correspondem a 21%; parceiros e "fazendo bico", 5%. Hoje o seu perfil ocupacional recebe outro tipo de estratificação. Presidentes apontam para atividade de sindicalista, enquanto ocupação, em cerca de 53% dos casos; segue-se a indicação de empregado, com 30% de frequência e, finalmente, dispersam-se as respostas, com igual frequência de 6%, entre assentados, pequenos proprietários e outras²⁰.

De modo diverso, a ocupação do diretor sindical há cinco anos atrás apresenta-se distribuída assim: concentra-se na alternativa empregado rural, com cerca de 60%; como segunda alternativa está sindicalista, com 20% de respostas positivas. Aparece a escolha da ocupação de assentado com 13%. Finalmente, cerca de 7% de diretores definiam-se como tendo sido pequenos proprietários. Essa ocupação evolui para a seguinte distribuição hoje: empregados, 64%; assentados, 18% e, enquanto opções de menor frequência, cerca de 9%, tem-se, respectivamente, pequenos proprietários e sindicalistas.

²⁰ Ver Gráfico 6 - Ocupação do Dirigente 5 Anos Antes e Gráfico 7 - Ocupação Atual do Dirigente, conforme anexo.

Voto Sindical e Preferências Partidárias

Como se sabe, esse sindicalismo é filiado à CUT. Diferentes foram os mecanismos e motivos que condicionaram essa construção e consolidação de acordos e opções políticas. Entre aqueles citados pelo conjunto dos entrevistados, destacam-se e se estratificam os seguintes motivos de filiação àquela central: 1) ocorre essa filiação com a fundação do sindicato, o que concentra 35% de respostas; 2) luta e vitória da oposição sindical sobre a antiga diretoria sindical, com cerca de 18%; 3) adesão da diretoria sindical à central, com algo como 18%; 4) composição com a diretoria anterior, algo como 6%; 5) com a fundação da CUT, cerca de 2% e, finalmente, cerca de 30% dos delegados não sabiam o modo como sua entidade se filiou àquela central.

De acordo com a opinião dos presidentes tem-se: 25% deles consideram que essa filiação se vincula à fundação do sindicato, enquanto outros 25% acham que esse processo se deve à vitória da oposição sindical e, ainda, outros 35% atribuem àquela adesão a filiação; finalmente, cerca de 5% dos presidentes atribuem-na a composições da antiga diretoria com a central ou com a sua criação.

A opinião dos diretores é um pouco diversa e se concentra, estatisticamente, algo como 40% na alternativa da fundação de sindicatos e, secundariamente, no fato da oposição sindical ter ganho o sindicato, algo como 13% das respostas. Seguem-se opiniões do seguinte teor: composição da antiga diretoria à central e desde a criação da central, com 5% cada uma. Destaque-se que cerca de 27% não souberam informar²¹.

Finalmente, resta considerar a questão das preferências partidárias do dirigente²². Como era de se esperar, essa escolha recai fortemente sobre o Partido dos Trabalhadores, com 82%. Quando se observa o conjunto das escolhas, tem-se o seguinte quadro: ocorre uma concentração de 12% entre aqueles que não sabem ou não querem declarar. Depois dessas concentrações, as escolhas dispersam-se, limitadas em seus 6% do total. São citados os seguintes partidos: Partido Comunista do Brasil, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido Popular Socialista, Partido Social da Democracia Brasileira.

²¹ Ver Gráfico 8 - Razão de Filiação do Dirigente, conforme anexo.

²² Ver Gráfico 9 - Partido de Preferência do Dirigente, conforme anexo.

Ainda antes de concluir essa parte, deve-se mencionar a pesquisa do voto para prefeito nas eleições de outubro de 1992. Tem-se o seguinte perfil geral de voto: do total dos delegados ao II Congresso do DETR, 80% declaram ter votado, enquanto que 9% anulavam o voto, 7% votaram em branco e 3% "justificaram sua ausência". Entre aqueles que votaram, 40% deram o voto para o PT, 21% para o PMDB, 6% para a Coligação PT-PSDB e outros 6% não recordam. Os restantes dos votos, algo como 33%, dispersam-se entre: PTB, PDT, PFL e as coligações: PT-PMDB, PT-PV-PSB-PTR, PC do B-PDT-PT, PSB-PMDB, PT-PC do B-PSB-PV.

CONCLUSÕES

As lutas nacionais pela redemocratização, iniciadas ao final da década de 70, demarcaram a biografia do dirigente sindical paulista. A crítica social ao cunho assistencialista e amaciador de tensões do sindicato presenciaria o surgimento de um novo tipo de lideranças. E, por isso mesmo, esse sindicato passaria por transformações importantes no perfil de seus dirigentes, a partir de então, compromissados com outras estratégias e orientações sindicais, entre as quais a luta pela terra. Desse modo, registre-se a presença de "assentados" e de "acampados" nos postos de direção de alguns sindicatos.

O diagnóstico *sócio-econômico* de seu perfil indica esse redirecionamento. Desse modo, tais mudanças podem ser atestadas, por exemplo, pela natureza da estratificação etária do dirigente que se concentra, em termos estatísticos, na ordem de 70% das faixas etárias, nas estratégicas gerações 70 e 80. Esse fato nos indica quatro ordens de conclusões: 1) as grandes mudanças e a dinâmica desse sindicato que soube incorporar, de um lado, as pressões dos trabalhadores rurais por direitos e, de outro lado, pôde assimilar para si e incluir em seus quadros as lideranças que surgiam naqueles movimentos; 2) a biografia social, política e econômica da geração 70 e 80 de dirigentes compõe-se e se forma no próprio processo histórico da democratização, o que condiciona uma resultante: algo como ser uma geração portadora de uma socialização e cultura política tendente à luta pela cidadania e por direitos sociais; 3) essa geração apresenta-se, ainda, com positividade e perspectivas de intervenção social, e tem, portanto, capacidade social e política de continuidade, assim como tem capacidade de propor alternativas diante dos novos quadros sociais e econômicos trazidos no bojo da integração ao mercado mundial; 4) os vazios de representação da geração 90, no que se refere às direções sindicais, poderiam ser interpretados como indicadores

de não-abertura do atual *status quo* sindical. Contrariamente, pode-se pensar que a geração 90 ainda esteja vivenciando seu processo de formação sindical, desde que as novas escolas de formação sindical, portadoras de orientações as mais diferenciadas e quase em sua totalidade fundadas na década de 80, ainda não teriam tempo hábil para apresentar seus resultados. No entanto, pode-se pensar que tais jovens sindicalistas estejam se orientando para outros movimentos sindicais.

Igualmente, uma mudança importante no perfil do dirigente refere-se à participação feminina. A inclusão de mulheres entre as lideranças sindicais é, também, uma característica da geração 70. Maciçamente concentradas naquela faixa etária, as mulheres fazem sua estréia no movimento sindical rural, algo como 13 % do total de dirigentes. Algumas outras tendências são importantes de serem anotadas, entre as quais a novidade total desse ingresso que é reafirmado pelo vazio de representação nas gerações 40 e 50. Hoje, registra-se um crescimento de sua participação, que se estende para trás e para frente, registrando-se crescimento nas gerações 60 e 80.

Porto (1994:71), em seu estudo sobre a região de Ribeirão Preto, ressalta que 41% dos sindicatos registraram a presença feminina nas suas direções. Pode-se, ainda, citar o caso do Sindicato dos Empregados Rurais de Dobradas que foi fundado por iniciativa das mulheres, em 1981²³.

Dois tipos de interpretações podem ser sugeridas: 1) esse grupo de mulheres pressionou sua entrada e aceitação, lado a lado, no mundo não mais exclusivo da esfera das decisões masculinas; 2) essa geração de mulheres poderia exercer, e parece exercer, importante efeito-demonstração. Expressa, também, o crescimento do trabalho feminino ao longo dos anos 80. De todo modo, afirma-se, positivamente, o crescimento da participação feminina no sindicato e, com isso, tem-se efeitos importantes para sua própria democratização.

O estudo da família do dirigente aponta para questões importantes: sua adequação aos padrões atuais da família brasileira pobre, que tende a reduzir o número de seus membros em função, ao menos em parte, do maciço ingresso das mulheres no mundo do trabalho, o que resulta em uma família sindical com média de três filhos. Registre-se que esse processo em curso é

²³ Cf. PORTO, Mayla "Conflitos e negociações coletivas dos trabalhadores rurais paulistas no período de 1980-1990", in *Reforma Agrária*, Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, n.1, vol. 24, Campinas, ABRA, jan/abr 1994.

extremamente perverso, o que é evidenciado pela violência sobre as mulheres, que têm sido forçadas a se submeter ao "planejamento familiar".

O estudo da estratificação do dirigente em termos de seus rendimentos mensais pode ser sobreposto à questões relativas a sua própria origem de classe.

Conforme se pode observar no estudo de sua capacitação profissional, o sindicalista apresenta perfil ocupacional: 1) com elevada rotatividade pelas mais diversas atividades, em que quase todas elas exigem pouca qualificação; 2) praticamente sem acesso a recursos de profissionalização, com baixo acesso à escola formal e, por sua vez, nível de rendimentos também baixo, portanto, sujeito também às vicissitudes e às violentas discriminações do mercado de trabalho desqualificado. Por outro lado, construíram novo tipo de vida sindical, como, por exemplo, certo grau de rotatividade e de abertura no acesso às diretorias sindicais, com presença de eleições periódicas.

Sabe-se, também, da formidável resistência que o empresariado agrícola oferece às práticas sindicais, o que inclui a adoção de inúmeros procedimentos, entre os quais alguns que infringem de modo claro a legislação trabalhista em curso. É possível afirmar que a iniciativa do sindicato na busca dos direitos dos trabalhadores correspondem iniciativas patronais direcionadas para tornar pétreas as forças do mercado. Morais (1993) estuda como a manipulação do mercado de trabalho local pelos usineiros tem permitido aumentos importantes na exploração sobre o trabalho e redução de salários²⁴.

Mais duas outras estratégias patronais se relacionam à questão dos bloqueios às ações sindicais: em primeiro lugar, a mecanização e as alterações no processo produtivo agrícola de modo a limitar e gerenciar as necessidades de trabalho. A segunda modalidade é a utilização de trabalhadores de outras regiões, o que regula, ao mesmo tempo em que deprecia, o uso da mão-de-obra local. Registra a Comissão Pastoral da Terra-CPT denúncias sobre a natureza dessa migração que, de fato, resultaria na redução dos trabalhadores à condição próxima de "trabalho escravo".

Conforme levantamentos daquela Pastoral, no ano de 1990, 1559 denúncias de trabalho escravo foram arroladas no país, sendo que se incluíam as regiões paulistanas de Paraibuna, Leme e Vale do Paraíba²⁵.

²⁴ Cf. MORAIS, M.A. "Trabalhadores e trabalhadoras: a condição humana negada", in *São Paulo em Perspectiva*, vol.7, n.3, SEAADE, jul/set 1993.

²⁵ Cf. *Jornal Estado de São Paulo*, 19/6/1987; *Jornal O Globo*, 20/6/1987; *Jornal Notícias Populares*, 28/6/1987 e *Jornal Folha de São Paulo*, 17/7/1987.

Apenas arrolando mais alguns dados: nos anos de 1992 e 1993, cinco mil migrantes, mineiros do Vale do Jequitinhonha, seriam trazidos para o corte de cana nas Usinas Santa Bárbara e Rio das Pedras, regiões de Santa Bárbara d'Oeste e de Leme. Também se registrava o trabalho escravo no município de Limeira, fazendas Tatu e Santa Maria, onde os migrantes foram lesados com falsos salários e ficaram retidos pelas dívidas de "viagem"²⁶.

No entanto, registre-se que a Pastoral dos Migrantes da Igreja Católica intervem positivamente para proteger o trabalhador itinerante. Edson Silva (1994:26) descreve tais iniciativas de representação daquela pastoral que busca articular o trabalho dos sindicatos das regiões de origem àqueles das de chegada²⁷.

Desse modo, ocorre uma intervenção para incluir os trabalhadores migrantes nos mecanismos de representação e se pode citar sua participação em algumas campanhas salariais, como foi o caso daquela do ano de 1993. Naquele ano, uma greve dos trabalhadores da colheita da laranja e do corte da cana, com doze dias de duração, contaria com a participação significativa de migrantes na assembléia do sindicato que decidiria sobre o início daquele movimento²⁸. No entanto, como se sabe, a evidente fragilidade do migrante, dependente de um contrato de trabalho que se inicia com dívidas do custo do transporte e da moradia entre outras condições, possibilita um controle arbitrário e sujeito à férrea disciplina em seus alojamentos.

Assim, pode-se afirmar que o exercício de uma prática sindical compatível com uma democracia moderna encontra muitos obstáculos, principalmente quando se trata do setor agro-industrial. No entanto, do lado dos sindicalistas ocorrem, também, inúmeras dificuldades, entre as quais caberia mencionar aquelas relativas à representação dos migrantes. Alguns sindicalistas justificam esta lacuna fundados em um argumento circular. Trata-se do que, no dizer deles, seria uma *questão cultural*. Por essa questão indicam uma das resistências que encontram para ampliar a sindicalização e a representatividade de seu sindicato junto aos trabalhadores rurais, como segue:

²⁶ Cf. *Diário Popular*, 16/5/1992; Idem, 12/8/1992 e 15/7/1993.

²⁷ Cf. SILVA, E.A. *O Processo de modernização da agroindústria e o movimento sindical na macro região de Ribeirão Preto*, Programa de Pós-graduação em Sociologia, FCL-UNESP, Araraquara, mimeo, novembro de 1994.

²⁸ Cf. STEIN, L.M. "Greve dos canavieiros, tecnologia de ponta e postos de trabalho", in *Reforma Agrária*, Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, n.1, vol. 24, Campinas, ABRA, jan/abr 1994.

Conforme depoimentos de dirigentes sindicais:

"(...) os trabalhadores são muito diferenciados, em São Paulo são de outros estados. Quem chega aqui tem choque com as mentalidades é difícil para o movimento sindical chegar perto. Muito humilde o povo, eles são assim por tática (...) são valentes. A grande discussão é fazer convencer o companheiro para dar aquele passo e entrar pró sindicato (...)."²⁹

Finalmente, deve-se destacar a importância dessa "questão cultural" para o perfil deste sindicato. Conforme resultados a que chegamos, a grande maioria dos dirigentes é paulista de nascimento ou está fortemente radicada no estado de São Paulo. Dadas as particularidades culturais paulistas, disseminam-se possibilidades de divisões e segmentações entre os trabalhadores. Romper com essas barreiras e inserir o trabalhador migrante nas direções sindicais parece ser um dos desafios no futuro deste sindicalismo.

BIBLIOGRAFIA CITADA

LIVROS E REVISTAS

ALVES, F. J. C. "Greve nos canaviais e agricultura modernizada: novos desafios", in *São Paulo em Perspectiva*, vol.7, n. 3, São Paulo, Seade, jul/set 1993.

_____. *Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto*. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 1991.

ALVES, F. J. C., MEDEIROS, L. et all. "Paulo César Lima (Cesinha)", in *Cadernos Cedi 20*, Rio Janeiro, Cedi, 1990.

FERRANTE, V. L. B., CHAIA, V. e RUGAI, E. "Modernização agrícola no circuito da violência", in *Revista São Paulo em Perspectiva*, vol. 1, n. 3, São Paulo, Seade, out/dez 1987.

²⁹ Conforme entrevistas concedidas à equipe da pesquisa. Trata-se de entrevistas com presidentes de sindicatos, dirigentes do Departamento Rural de Trabalhadores da CUT e da CUT.

Leila de Menezes Stein

FERRANTE, V. L. B. "Feraesp: a controvertida inversão das regras do sindicalismo paulista", in *Cadernos Cedi* 21, Rio de Janeiro, Cedi, 1991.

MORAIS e SILVA, M. "Trabalhadores e trabalhadoras: a condição humana negada", In *São Paulo em perspectiva*, vol. 7, n. 3, São Paulo, Seade, jul/set 1993.

PALMEIRA, M. G. "Modernização, Estado e questão agrária", in *Estudos avançados*, vol. 3, n. 7, São Paulo, IEA-USP, set/dez 1989.

POLETO, I. "Sindicalismo rural-qual a sua "base"?", in *Cadernos Cedi* 21, Rio de Janeiro, Cedi, 1991.

PORTO, Mayla. "Conflitos e negociações coletivas dos trabalhadores rurais no período de 1980-1990, in *Reforma Agrária*, Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, n.1, vol. 24, Campinas, ABRA, jan/abr 1994.

SILVA, Edson A. O processo de modernização da agroindústria e o movimento sindical na macro região de Ribeirão Preto, Programa de Pós-graduação em Sociologia, FCL-UNESP, Araraquara, mimeo, novembro de 1994.

STEIN, L. M. "Greve dos canavieiros, tecnologia de ponta e postos de trabalho", in *Revista Reforma Agrária*, vol. 24, n.1, Campinas, Ed. Associação Brasileira de Reforma Agrária, jan/abr 1994.

_____. "Pelo cumprimento das leis", in *Jornal Opinião*, ano 4, n. 214, Rio de Janeiro, Ed. Inúbia, 10/12/1976.

VENCESLAU, P. T. "Uma nova etapa: a CUT", in *Socialismo e democracia*, ano 1, São Paulo, Ed. Alfa Ômega, jan/mar 1984.

JORNAIS

Diário Popular, SP: 16/5/92; 12/8/92; 15/7/93

Folha de São Paulo, SP: 17/7/87 e 2/5/91

Notícias Populares, SP: 28/6/87

O Estado de São Paulo, SP: 19/6/87

O Globo, RJ: 20/6/87

ANEXO DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Cargos Sindicais por Geração

Gráfico 2 - Escolaridade do Dirigente Sindical

Gráfico 3 - Tempo de Filiação do Dirigente

Gráfico 4 - Cargos Sindicais por Estado de Nascimento

Gráfico 5 - Tempo de Residência por Cargo

Gráfico 6 - Ocupação do Dirigente 5 Anos Antes

Gráfico 7 - Ocupação Atual do Dirigente

Gráfico 8 - Razão de Filiação do Dirigente

Gráfico 9 - Partido de Preferência do Dirigente

LEGENDA PARA GRÁFICOS

CARGOS:

- (1) PRESIDENTE
- (2) SECRETÁRIO
- (3) TESOUREIRO
- (4) TESOUREIRO-DIRETOR
- (5) DIRETOR
- (6) CONSELHO FISCAL
- (7) OUTROS

















